

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.696 - MA (2019/0300771-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**SUSCITANTE** : **RICARDO BLINDER - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**SUSCITANTE** : **DENYS BLINDER - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**SUSCITANTE** : **TYRREL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**SUSCITANTE** : **BRABHAM ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**SUSCITANTE** : **ENERGYCAN PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**SUSCITANTE** : **LOCBAM PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **MÁRCIA FERREIRA VENTOSA - SP115798**  
                  : **JOSÉ RENATO CAMIOTTI - SP184393**  
                  : **FERNANDO FERREIRA CASTELLANI E OUTRO(S) - SP209877**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**  
**INTERES.** : **JUSTIÇA PÚBLICA**

### **DECISÃO**

1. Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, que aponta como suscitados o Juízo de Direito de São Mateus do Maranhão/MA, no qual se processa a recuperação judicial, e o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente/SP.

Informam os suscitantes que são integrantes do Grupo BLINDER, cujo pedido de recuperação judicial foi deferido em 18/09/2018 (fls. 118-122).

Todavia, o Juízo laboral determinou a penhora e o encaminhamento para a hasta pública de imóvel pertencente a empresa do Grupo Econômico em recuperação judicial — Fazenda São Luiz —, extremamente relevante para o seu plano de soerguimento (fls. 123-131 e 136).

Assere que o Plano de Recuperação contempla os valores devidos.

Assim, requereu "seja liminarmente e com a **SUSPENSÃO URGENTE** do ato, designado o Juízo da Vara Única Cível da Comarca de SÃO MATEUS - MA para, em caráter provisório, resolver as medidas urgentes que, no caso, versam sobre as constrições do patrimônio das empresas em recuperação mantidas neste caso, obstando a já exarada determinação de levar o imóvel penhorado para hasta pública, bem como resolva sobre as constrições e bloqueios havidos não apenas na ação executiva aqui tomada como paradigma, mas também em todas as demais ações e execuções em trâmite perante outros juízos" (fl. 23).

É o relatório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Com efeito, nos termos do art. 300 do CPC, verifica-se a presença da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio das citadas empresas, devem ser realizados pelo juízo universal.

Nessa linha, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao juízo universal onde se processa a recuperação para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Dessarte, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não do bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Segunda Seção:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAR QUE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO ABSTENHA-SE DE PRATICAR ATOS EXECUTÓRIOS QUE IMPORTEM NA CONSTRIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA EMPRESA SUSCITANTE E DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES.

CONFLITO EM QUE SE DISCUTE A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE EMPRESA SOB RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DEVENDO-SE, TODAVIA, SUBMETER A PRETENSÃO CONSTRITIVA DIRECIONADA AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO JUÍZO UNIVERSAL. ENTENDIMENTO PERFILHADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. EXEGESE QUE NÃO ENSEJA INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Considerando que a controvérsia gira em torno da destinação do patrimônio de empresa sob recuperação judicial, e não sobre a definição da competência para o processamento de execução fiscal, o conflito deve ser processado e julgado pela Segunda Seção, nos termos do art. 9º, § 2º, IX, do RISTJ. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/05, **a pretensão constitutiva direcionada ao patrimônio da empresa em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.**

3. A exegese ora adotada de modo algum encerra violação ao Princípio da Reserva de Plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal, notadamente porque não se procedeu à declaração de inconstitucionalidade, mas sim à interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes da Segunda Seção do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 136.040/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 19/05/2015)

-----  
AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA ARREMATANTE DA UNIDADE PRODUTIVA DA VARIG S/A EM FACE DE JUÍZOS DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

**1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.**

2. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei n.º 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

3. Competência do Juízo da Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimentos das execuções trabalhistas.

4. Agravo regimental desprovido.

(RCD no CC 137.886/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe 24/08/2015)

No caso, o pedido de recuperação judicial foi deferido em 18/09/2018 (fls. 118-122) às empresas Ricardo Blinder, Denys Blinder, Tyrrel Adm. e Participações S.A, Brabham Administração e Participações S.A, Energycan Administração e Participações S.A e Locbam Participações LTDA.

Não obstante, o Juízo laboral determinou a penhora e o encaminhamento para a hasta pública de imóvel pertencente a empresa do Grupo Econômico em recuperação judicial — Fazenda São Luiz —, extremamente relevante para o seu plano de soerguimento (fls. 123-131 e 136).

**3. Ante o exposto, concedo a liminar para suspender o trâmite da referida execução até o julgamento deste conflito e, por conseguinte, para obstar eventuais atos de constrição que recaiam sobre o patrimônio das recuperandas; e para designar o Juízo da recuperação como competente para resolução de medidas de caráter urgente.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Oficiem-se aos juízos suscitados, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

